

Um subsídio infantil universal para o Brasil: o que precisamos fazer e o que esperar?

Sergei Suarez Dillon Soares, Graziela Ansiliero, Aline Diniz Amaral, Pedro H. G. Ferreira de Souza e Luis Henrique Paiva, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)

A ideia de um subsídio infantil universal tem bastante projeção no cenário mundial. Desde o Relatório Beveridge de 1942, concebe-se uma transferência de renda para todas as crianças como parte de uma estratégia global para superação da pobreza e redução da desigualdade. Tais transferências de renda são comuns entre países ricos, e 17 dos 28 países da União Europeia (60 por cento) têm subsídios infantis universais (SSA-ISSA, 2016). Exceções notáveis são os países mediterrâneos, tais como Grécia, Itália, Portugal e Espanha, que retêm a lógica de seguridade social para crianças dos trabalhadores formais, e assistência social (geralmente menos generosa) para as crianças da população pobre.

Subsídios infantis universais não são tão comuns entre países pobres e de renda média. O caso mais inspirador é o da Argentina, que criou a *Asignación Universal por Hijo* (AUH) para fornecer subsídios para todas as crianças ainda não contempladas por outros sistemas.

No Brasil, as famílias podem contar com três benefícios para crianças: os benefícios variáveis para crianças e adolescentes ligados ao Bolsa Família, o Salário Família e a dedução fiscal no imposto de renda para crianças dependentes. Se considerarmos tais benefícios como um sistema integrado, veremos que eles não funcionam bem. Os valores pagos por esses benefícios variam, mas os maiores valores são pagos às famílias mais ricas. Ademais, a dedução do imposto de renda e o Salário Família estão escondidos em outras políticas e, portanto, dificilmente afetam as atitudes das pessoas. Cerca de 2 milhões de pessoas recebem mais de um benefício, e o mais preocupante é que 17 milhões de crianças não recebem nem um centavo. Metade dessas crianças e jovens esquecidos estão no terço menor da distribuição de renda, e apenas 10 por cento estão no terço maior. Se considerada como um todo, na situação em que se encontra, a proteção social para crianças no Brasil é simplesmente inaceitável.

Felizmente para as crianças, é possível torná-la muito melhor. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) estima que há 54,5 milhões de crianças com 0 a 17 anos de idade no Brasil. Isso significa que um subsídio universal igual ao benefício infantil do Bolsa Família (R\$41 por mês) custaria R\$26,6 bilhões por ano. O sistema atual custa cerca de R\$19,1 bilhões por ano — aproximadamente, R\$7,5 a menos. Esse valor é relativamente pequeno como porcentagem de despesas públicas.

Como funcionaria? Todas as famílias seriam incluídas no Cadastro Único (o banco de dados usado para os benefícios do Bolsa Família) e pagas de acordo com as regras do Bolsa Família, por meio de um cartão bancário especial. Os programas atuais seriam extintos, e seus orçamentos transferidos para o subsídio infantil universal. Todas as famílias no Cadastro Único — com as crianças mais pobres do Brasil — automaticamente receberiam um cartão, e o restante seria incorporado ao Programa à medida que os R\$7,5 bilhões adicionais necessários para a universalidade forem disponibilizados. É claro que essa situação dependeria de crescimento econômico, mas estimamos que um período de implementação gradual de quatro anos permitiria uma avaliação experimental do impacto do subsídio e seria adequada à difícil situação atualmente enfrentada pelo Brasil.

Ao se considerar onde as famílias se situam na distribuição de renda, percebe-se que um subsídio infantil universal seria a segunda transferência mais progressista entre as dezenas que existem atualmente no Brasil. Apenas o extremamente focalizado Bolsa Família seria mais pró-pobres. A maioria dos novos



beneficiários (aqueles que não são atualmente contemplados por benefício) seriam crianças pobres e vulneráveis na metade inferior da distribuição de renda. Um subsídio infantil universal para o Brasil é um caminho certo a ser trilhado.

Referências:

SOARES, S. S. D.; ANSILIERO, G.; AMARAL, A. D.; SOUZA, P. H. G. F. de; PAIVA, L. H. "A universal child grant in Brazil: what must we do, and what can we expect from it?" *Working Paper* 181. Brasília: International Policy Centre for Inclusive Growth, 2019.

SOCIAL SECURITY ADMINISTRATION-INTERNATIONAL SOCIAL SECURITY ASSOCIATION (SAA-ISSA). *Social Security Programmes Throughout The World — Europe* 2016. Geneva: SAA-ISSA, 2016.